

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00276/2022)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Alegre/ES	CNPJ:	27.174.101/0001-35
Endereço:	AVENIDA PARQUE GETULIO VARGAS, 01		
Bairro:	CENTRO	CEP:	29500-000
Telefone:	(028) 3552-1911	Fax:	(028) 3552-1920
E-mail:	gabinete@alegre.es.gov.br		
Representante	NEMROD EMERICK		
CPF:	270.485.428-96		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	nirroemerick@yahoo.com.br	Data início da	01/01/2021

CREDOR

Unidade Gestora:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE	CNPJ:	05.269.863/0001-82
Endereço:	RUA MONSENHOR PAVESI, 78		
Bairro:	CENTRO	CEP:	29500-000
Telefone:	(028) 3552-1386	Fax:	(028) 3552-1386
E-mail:	previalegre@yahoo.com.br		
Representante	JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA		
CPF:	075.771.707-12		
Cargo:	Diretor	Complemento:	
E-mail:	previalegre@yahoo.com.br	Data início da	02/05/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 3.705/2022 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE ALEGRE-ES é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Alegre da quantia de R\$ 37.029.016,05 (trinta e sete milhões e vinte e nove mil e dezesseis reais e cinco centavos), correspondentes aos valores de Utilização Indevida Recursos - EC 113 (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2015 a 10/2021, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Alegre confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 37.029.016,05 (trinta e sete milhões e vinte e nove mil e dezesseis reais e cinco centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 154.287,57 (cento e cinquenta e quatro mil e duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 154.287,57 (cento e cinquenta e quatro mil e duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 30/07/2022 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 3.705/2022.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00276/2022)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE


O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

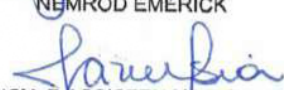
Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

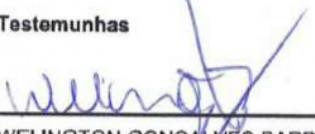
Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

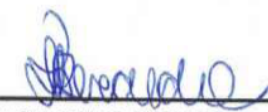
Alegre - ES / 24/06/2022


Prefeitura Municipal de Alegre
NEMROD EMERICK


INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE ALEGRE-ES
JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA

Testemunhas


WELINGTON GONCALVES BARBOSA
DIRETOR FINANCEIRO DO IPASMA
CPF: 129.789.637-86
RG: 242894004


FLAVIA VIANA DE SOUZA BERALDO
PRESIDENTE DO COLEGIADO DELIBERATIVO DO RPPS
CPF: 090.680.387-02
RG: 1433506

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00276/2022)

DECLARAÇÃO

NEMROD EMERICK, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00276/2022, firmado entre o/a Alegre e o INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE ALEGRE-ES em 24/06/2022, foi publicado em 24/06/2022 no

☒ mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Alegre, 24/06/2022


NEMROD EMERICK
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00276/2022	Data	24/06/2022
Valor consolidado	37.029.016,05	Valor da prestação inicial	154.287,57
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	30/07/2022

DEVEDOR

Ente Federativo	Alegre/ES	CNPJ	27.174.101/0001-35
Representante Legal	NEMROD EMERICK	CPF	270.485.428-96
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0281
		Conta nº	85103

CREDOR

Unidade Gestora	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE ALEGRE-ES	CNPJ	05.269.863/0001-82
Representante Legal	JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA	CPF	075.771.707-12
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0281
		Conta nº	97454

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.


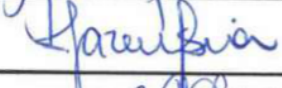

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Alegre/ES - 24/06/2022

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	 Jethher Gomes Vieira Gerente Geral

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Mat. F4.711.899-7



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 27.174.101/0001-35	Número do acordo: 00276/2022	Data de consolidação do	24/06/2022
Ente: Prefeitura Municipal de Alegre / ES		Data de assinatura do Termo:	24/06/2022
Título INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA NÃO REPASSADA		Data de vencimento da 1ª	30/07/2022
Lei autorizativa do	3.705/2022		

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Utilização indevida Recursos - EC 113 (240 meses)

Competência Inicial: 12/2015 Final: 10/2021 Quantidade de Parcelas: 240

Diferença 26.289.786,02 Diferença apurada 37.029.016,05

Valor da parcela na data de 154.287,57

Crítérios de atualização para consolidação do

Índice: INPC	Taxa de juros: 0,50 am	Tipo de juros: Simples	Multa:
--------------	------------------------	------------------------	--------

Crítérios de atualização das parcelas

Índice: INPC	Taxa de juros: 0,50 am	Tipo de juros: Simples
--------------	------------------------	------------------------

Crítérios de atualização das parcelas

Índice: INPC	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
--------------	------------------------	------------------------	---------------



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE)

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
12/2015	1.298.622,12	0,90	43,33	562.692,96	38,50	716.606,31		2.577.921,39
13/2015	0,00		43,33	0,00	38,50	0,00		0,00
01/2016	0,00	1,51	41,20	0,00	38,00	0,00		0,00
02/2016	0,00	0,95	39,87	0,00	37,50	0,00		0,00
03/2016	0,00	0,44	39,26	0,00	37,00	0,00		0,00
04/2016	0,00	0,64	38,38	0,00	36,50	0,00		0,00
05/2016	0,00	0,98	37,03	0,00	36,00	0,00		0,00
06/2016	0,00	0,47	36,39	0,00	35,50	0,00		0,00
07/2016	0,00	0,64	35,52	0,00	35,00	0,00		0,00
08/2016	0,00	0,31	35,11	0,00	34,50	0,00		0,00
09/2016	0,00	0,08	35,00	0,00	34,00	0,00		0,00
10/2016	0,00	0,17	34,77	0,00	33,50	0,00		0,00
11/2016	0,00	0,07	34,67	0,00	33,00	0,00		0,00
12/2016	2.184.982,31	0,14	34,49	753.600,40	32,50	955.039,38		3.893.622,09
13/2016	0,00		34,49	0,00	32,50	0,00		0,00
01/2017	0,00	0,42	33,92	0,00	32,00	0,00		0,00
02/2017	0,00	0,24	33,60	0,00	31,50	0,00		0,00
03/2017	0,00	0,32	33,18	0,00	31,00	0,00		0,00
04/2017	0,00	0,08	33,07	0,00	30,50	0,00		0,00
05/2017	0,00	0,36	32,59	0,00	30,00	0,00		0,00
06/2017	0,00	-0,30	32,99	0,00	29,50	0,00		0,00



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

07/2017	0,00	0,17	32,77	0,00	29,00	0,00	0,00
08/2017	0,00	-0,03	32,81	0,00	28,50	0,00	0,00
09/2017	0,00	-0,02	32,83	0,00	28,00	0,00	0,00
10/2017	0,00	0,37	32,34	0,00	27,50	0,00	0,00
11/2017	0,00	0,18	32,10	0,00	27,00	0,00	0,00
12/2017	1.764.910,05	0,26	31,76	560.535,43	26,50	616.243,05	2.941.688,53
13/2017	0,00		31,76	0,00	26,50	0,00	0,00
01/2018	0,00	0,23	31,46	0,00	26,00	0,00	0,00
02/2018	0,00	0,18	31,22	0,00	25,50	0,00	0,00
03/2018	0,00	0,07	31,13	0,00	25,00	0,00	0,00
04/2018	0,00	0,21	30,86	0,00	24,50	0,00	0,00
05/2018	0,00	0,43	30,30	0,00	24,00	0,00	0,00
06/2018	0,00	1,43	28,46	0,00	23,50	0,00	0,00
07/2018	0,00	0,25	28,14	0,00	23,00	0,00	0,00
08/2018	0,00	0,00	28,14	0,00	22,50	0,00	0,00
09/2018	0,00	0,30	27,76	0,00	22,00	0,00	0,00
10/2018	0,00	0,40	27,25	0,00	21,50	0,00	0,00
11/2018	0,00	-0,25	27,57	0,00	21,00	0,00	0,00
12/2018	5.473.869,45	0,14	27,39	1.499.292,84	20,50	1.429.498,27	8.402.660,56
13/2018	0,00		27,39	0,00	20,50	0,00	0,00
01/2019	0,00	0,36	26,93	0,00	20,00	0,00	0,00
02/2019	0,00	0,54	26,25	0,00	19,50	0,00	0,00
03/2019	0,00	0,77	25,28	0,00	19,00	0,00	0,00
04/2019	0,00	0,60	24,54	0,00	18,50	0,00	0,00



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

05/2019	0,00	0,15	24,35	0,00	18,00	0,00	0,00
06/2019	0,00	0,01	24,34	0,00	17,50	0,00	0,00
07/2019	0,00	0,10	24,21	0,00	17,00	0,00	0,00
08/2019	0,00	0,12	24,07	0,00	16,50	0,00	0,00
09/2019	0,00	-0,05	24,13	0,00	16,00	0,00	0,00
10/2019	0,00	0,04	24,08	0,00	15,50	0,00	0,00
11/2019	0,00	0,54	23,41	0,00	15,00	0,00	0,00
12/2019	4.560.081,96	1,22	21,92	999.569,97	14,50	806.149,53	6.365.801,46
13/2019	0,00		21,92	0,00	14,50	0,00	0,00
01/2020	0,00	0,19	21,69	0,00	14,00	0,00	0,00
02/2020	0,00	0,17	21,49	0,00	13,50	0,00	0,00
03/2020	0,00	0,18	21,27	0,00	13,00	0,00	0,00
04/2020	0,00	-0,23	21,55	0,00	12,50	0,00	0,00
05/2020	0,00	-0,25	21,85	0,00	12,00	0,00	0,00
06/2020	0,00	0,30	21,49	0,00	11,50	0,00	0,00
07/2020	0,00	0,44	20,96	0,00	11,00	0,00	0,00
08/2020	0,00	0,36	20,52	0,00	10,50	0,00	0,00
09/2020	0,00	0,87	19,48	0,00	10,00	0,00	0,00
10/2020	0,00	0,89	18,43	0,00	9,50	0,00	0,00
11/2020	0,00	0,95	17,31	0,00	9,00	0,00	0,00
12/2020	4.637.347,55	1,46	15,63	724.817,42	8,50	455.784,02	5.817.948,99
13/2020	0,00		15,63	0,00	8,50	0,00	0,00
01/2021	0,00	0,27	15,31	0,00	8,00	0,00	0,00
02/2021	0,00	0,82	14,38	0,00	7,50	0,00	0,00



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

03/2021	0,00	0,86	13,40	0,00	7,00	0,00	0,00
04/2021	0,00	0,38	12,97	0,00	6,50	0,00	0,00
05/2021	0,00	0,96	11,90	0,00	6,00	0,00	0,00
06/2021	0,00	0,60	11,23	0,00	5,50	0,00	0,00
07/2021	0,00	1,02	10,11	0,00	5,00	0,00	0,00
08/2021	0,00	0,88	9,15	0,00	4,50	0,00	0,00
09/2021	0,00	1,20	7,85	0,00	4,00	0,00	0,00
10/2021	6.369.972,58	1,16	6,62	421.692,18	3,50	237.708,27	7.029.373,03
TOTAL:	26.289.786,02			5.522.201,20		5.217.028,83	37.029.016,05



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Alegre / ES - 27.174.101/0001-35
Representante 270.485.428-96 - NEMROD EMERICK

Data: 24/06/2022

Assinatura:

Nemrod Emerick
Nemrod Emerick (Nirô)
Prefeito Municipal

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE ALEGRE-ES - 05.269.863/0001-82
Representante 075.771.707-12 - JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA

Data: 24/06/2022

Assinatura:

Jacqueline Oliveira da Silva
Jacqueline Oliveira da Silva
Diretora Presidente
IPASMA

TESTEMUNHAS

Wellington Gonçalves Barbosa
Nome WELINGTON GONCALVES BARBOSA
Cargo DIRETOR FINANCEIRO DO IPASMA
CPF: 129.789.637-86

Flavia Viana de Souza Beraldo
Nome FLAVIA VIANA DE SOUZA BERALDO
Cargo PRESIDENTE DO COLEGIADO DELIBERATIVO DO RPPS
CPF: 090.680.387-02